

Nova Friburgo, 05 de abril de 2024.

Processo Licitatório: nº 265/2023 - OP-104189**Origem: Secretaria Municipal de Saúde.****Objeto: ESCLARECIMENTO PMNF/RJ**

Trata-se o presente sobre pedido de recurso interposto pela empresa **3D PROJETOS E ASSESSORIA EM INFORMATICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 07.766.048/0002-35, através do sistema de compras, com pedido de esclarecimento técnico direcionado pela COMISSÃO DE PREGÃO I, Pregão Eletrônico nº 265/2023, especificamente, ao item 06 do referido pregão, a respeito dos requisitos de homologação dos aparelhos que serão aceitos, expondo o seguinte:

“Entendemos que, conforme as disposições regulatórias vigentes, somente serão aceitas propostas de aparelhos que sejam devidamente homologados pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações). Esta medida é coerente com as diretrizes em vigor, que determinam que dispositivos de telefonia fixa, móvel e equipamentos que utilizam tecnologias como Wi-Fi ou Bluetooth, quando comercializados ou empregados em território nacional, devem obrigatoriamente possuir a homologação expedida pela ANATEL.”

Inicialmente, cumpre-se consignar, que o Termo de Referência é o documento em que o requisitante esclarece aquilo que realmente precisa, trazendo a definição do objeto e os demais elementos necessários à sua perfeita contratação e execução. Essas são as características do objeto a ser contratado. Assim sendo, devem ser enumerados todos os atributos relevantes, os quais foram levados em consideração a determinação do padrão de qualidade mínimo admissível. Por conseguinte, foram exigidas apenas especificações essenciais à garantia do adequado cumprimento das obrigações da futura aquisição.

Cumpra-se destacar que trata-se de matéria de **“Direito” e não uma questão de ordem técnica.** Contudo, por ser de conhecimento geral, não nos furtamos em destacar que é necessária a adoção de critérios técnicos específicos, por parte da Administração Pública, a fim de resguardar a segurança quanto à prestação do objeto licitado que deve ser devidamente homologados pela Anatel.

Os certificados de homologação junto à ANATEL são fundamentais e trata-se de praxe em licitações de equipamentos de informática. As homologação da ANATEL visa, entre outros, assegurar a aquisição de equipamento que atenda requisitos mínimos de qualidade e adequação ao uso a que se destina, bem como aos requisitos de segurança de itens da espécie, além é claro de cumprimento de regramento integrante do ordenamento jurídico brasileiro.

Esclarecemos que a aquisição de produto de marca não homologada poderá resultar em riscos à segurança dos equipamentos e das informações do Tribunal armazenadas nos mesmos. Registre-se, por oportuno, que a Resolução 242/2000 da ANATEL proíbe a comercialização, no Mercado nacional, de marcas estrangeiras não homologadas.

À vista do exposto, informamos que equipamentos que não atendam aos requisitos estabelecidos na Resolução ANATEL 242/2000 não serão aceitos.

Por outro lado, o esclarecimento necessário, não implica em alterações/ajustes no Edital, já que a exigência da certificação de homologação emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) ou por entidade credenciada pela Anatel de acordo com Acórdãos do TCU 939/2010-Plenário e 2882-42/12-P, será factível no momento da entrega dos equipamentos adquiridos, não devendo ser motivo de desclassificação prematura de propostas.

Diante disso, encaminhamos esta resposta para que siga com os trâmites necessários para a efetiva contratação em questão.

Estou à disposição para esclarecimentos adicionais e para colaborar com quaisquer informações complementares que possam ser necessárias.

Atenciosamente,

APOIO TÉCNICO



Hugo de Souza Cascabulho Garcez

Matr.: 063.029